

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2001**

**(Do Sr. LUIZ BITTENCOURT)**

Assegura às pessoas portadoras de deficiência visual o acesso a informações escritas em Braille.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência visual o acesso a informações escritas em Braille, nos seguintes casos:

I – Manuais de instrução simplificados sobre o funcionamento de máquinas e equipamentos eletrodomésticos, assim como os dispositivos de acionamento desses aparelhos;

II – Identificação nas embalagens de medicamentos e produtos tóxicos.

Parágrafo único. O cumprimento das disposições do inciso I fica condicionado à solicitação do comprador, no prazo de 30 (trinta) dias após a compra do produto, ficando a empresa responsável pela comercialização obrigada ao atendimento, gratuitamente, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º. Fica assinado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o atendimento do disposto nesta lei.

Art. 3º. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à pena de multa, no valor de 200 (duzentas) Unidades de Referência Fiscal – UFIRs ou padrão monetário sucedâneo.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Já são passados mais de 100 anos da criação, pelo francês Louis Braille, do sistema de escrita especialmente desenvolvido para as pessoas deficientes visuais (cegas).

O método Braille constituiu-se num enorme avanço no sentido de integrar as pessoas cegas ao convívio social, vez que a autonomia para ler e escrever significa o alargamento das possibilidades de comunicação e de mobilidade.

Note-se que a população portadora de deficiência visual severa no País já alcança a cifra de 800 mil pessoas, segundo dados do Ministério da Saúde e do Censo Demográfico de 1991.

Em vista disso, impõe-se a adoção de providências para tornar obrigatória a indicação, na linguagem acessível aos portadores de deficiência visual, de informações básicas, como a identificação de medicamentos e produtos tóxicos e os manuais de instrução de máquinas e equipamentos eletrodomésticos e seus dispositivos de acionamento, de modo a garantir a segurança na utilização por essas pessoas.

No intuito da não imposição de sobrecarga imediata às empresas que comercializam máquinas e eletrodomésticos, concebemos a possibilidade de solicitação dos manuais de instrução pelo usuário, no prazo de 30 dias após a compra, devendo o atendimento ocorrer nos 15 dias subsequentes.

E, para a eficácia da medida, entendemos indispensável a imposição de penalidades, à razão de 200 UFIRs por infração.

Como a proposta traduz importante passo no sentido da qualificação do atendimento às pessoas portadoras de deficiência visual, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2001.

Deputado LUIZ BITTENCOURT

10090200.116

8076485051461001119922016